RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Violência urbana, naturalização e sofrimento psíquico: implicações para a prática do psicólogo

Urban violence, naturalization and psychological distress: implications for psychological practice

Violencia urbana, naturalización y sufrimiento psíquico: implicaciones para la práctica del psicólogo

Cristiano Lourenço da Silva – Faculdade Maria Thereza – kikoloureno@gmail.com
Orientador: Prof. Doutor em Psicologia Clínica Celso de Moraes Vergne

Resumo:
Este artigo busca compreender como a convivência frequente com a violência urbana no Brasil influencia a maneira como as pessoas percebem o perigo, organizam sua rotina e lidam com o sofrimento psíquico. Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, reunindo livros, artigos científicos, relatórios e documentos, principalmente brasileiros, além de um estudo norte-americano sobre a exposição a notícias de violência. Ao longo da pesquisa, foram considerados dois sentidos da naturalização da violência. O primeiro está relacionado às desigualdades e injustiças que, por fazerem parte da sociedade há muito tempo, acabam deixando de ser reconhecidas como formas de violência. O segundo diz respeito à convivência cotidiana com o risco, quando as pessoas precisam adaptar seus hábitos e decisões para se proteger. Os estudos analisados mostram que essa convivência pode provocar sofrimento psíquico, modificar os vínculos com o lugar onde se vive e limitar escolhas do dia a dia. Também apontam que, nos serviços de saúde, nem sempre existe uma relação entre as queixas apresentadas e as experiências de violência, fazendo com que esse sofrimento seja pouco reconhecido ou tratado apenas por meio de diagnósticos e medicamentos. Diante disso, o trabalho destaca a importância de o psicólogo conhecer a realidade social e o território das pessoas atendidas, considerando os princípios da clínica ampliada. A análise permite levantar a hipótese de que aprender a conviver com o perigo e seguir determinadas regras para se proteger não significa concordar com a violência ou deixar de sofrer com ela. Ao mesmo tempo, viver durante muito tempo nessas condições pode trazer desgaste emocional e dificultar a capacidade de reagir diante dessa realidade.

Palavras-chave: Violência urbana; Naturalização da violência; Saúde mental; Subjetividade; Prática profissional.

Abstract:
This article seeks to understand how frequent exposure to urban violence in Brazil influences the way people perceive danger, organize their routines and deal with psychological distress. To this end, a narrative literature review was carried out, bringing together books, scientific articles, reports and documents, mostly Brazilian, as well as a North American study on exposure to news about violence. Throughout the research, two meanings of the naturalization of violence were considered. The first relates to inequalities and injustices that, having been part of society for a long time, end up no longer being recognized as forms of violence. The second concerns everyday coexistence with risk, when people need to adapt their habits and decisions to protect themselves. The studies analyzed show that this coexistence can cause psychological distress, change people's bonds with the place where they live and limit everyday choices. They also indicate that, in health services, the complaints presented are not always related to experiences of violence, so that this distress is seldom recognized or is addressed only through diagnoses and medication. In light of this, the study highlights the importance of psychologists knowing the social reality and the territory of the people they assist, considering

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

the principles of expanded clinical practice. The analysis supports the hypothesis that learning to live with danger and following certain rules for self-protection does not mean agreeing with violence or ceasing to suffer from it. At the same time, living under these conditions for a long time may cause emotional exhaustion and hinder the ability to react to this reality.

Keywords: Urban violence; Naturalization of violence; Mental health; Subjectivity; Professional practice.

Resumen:
Este artículo busca comprender cómo la convivencia frecuente con la violencia urbana en Brasil influye en la manera en que las personas perciben el peligro, organizan su rutina y afrontan el sufrimiento psíquico. Para ello, se realizó una revisión narrativa de la literatura que reunió libros, artículos científicos, informes y documentos, principalmente brasileños, además de un estudio estadounidense sobre la exposición a noticias de violencia. A lo largo de la investigación se consideraron dos sentidos de la naturalización de la violencia. El primero se relaciona con las desigualdades e injusticias que, por formar parte de la sociedad desde hace mucho tiempo, dejan de reconocerse como formas de violencia. El segundo se refiere a la convivencia cotidiana con el riesgo, cuando las personas necesitan adaptar sus hábitos y decisiones para protegerse. Los estudios analizados muestran que esta convivencia puede provocar sufrimiento psíquico, modificar los vínculos con el lugar donde se vive y limitar las decisiones cotidianas. También señalan que, en los servicios de salud, no siempre se relacionan las quejas presentadas con las experiencias de violencia, lo que hace que este sufrimiento se reconozca poco o se aborde únicamente mediante diagnósticos y medicamentos. Ante ello, el trabajo destaca la importancia de que el psicólogo conozca la realidad social y el territorio de las personas atendidas, considerando los principios de la clínica ampliada. El análisis permite plantear la hipótesis de que aprender a convivir con el peligro y seguir determinadas reglas para protegerse no significa estar de acuerdo con la violencia ni dejar de sufrir por ella. Al mismo tiempo, vivir durante mucho tiempo en estas condiciones puede generar desgaste emocional y dificultar la capacidad de reaccionar ante esta realidad.

Palabras clave: Violencia urbana; Naturalización de la violencia; Salud mental; Subjetividad; Práctica profesional.

1 introdução

Quando se fala em violência urbana, é comum que a atenção esteja voltada para os números de homicídios e de ocorrências registradas pela polícia. Embora esses dados sejam importantes para compreender a gravidade do problema, eles não conseguem mostrar tudo o que acontece na vida de quem convive diariamente com a insegurança. O medo pode mudar a maneira como as pessoas se relacionam, enfraquecer a confiança nos outros, afetar o sentimento de pertencimento ao lugar onde vivem e até influenciar suas expectativas em relação ao futuro. É justamente sobre essas experiências, que nem sempre aparecem nas estatísticas, que este artigo busca refletir a partir da perspectiva da Psicologia.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

A expressão “violência urbana” junta acontecimentos muito diferentes entre si, como homicídios, assaltos, agressões, disputas entre grupos por território, comércio ilegal, como o tráfico de drogas, e ações de órgãos do governo, como a polícia. O sociólogo Misse (2006) alerta que colocar tudo isso no mesmo “balaio” pode esconder diferenças importantes. Segundo o autor, a percepção social e a mídia juntam sob o mesmo rótulo de “violência urbana” eventos tão diferentes quanto crimes passionais, vinganças pessoais, tráfico de drogas, sequestros e brigas de torcida, que têm motivações muito distintas (Misse, 2006). Por isso, neste estudo, o termo é usado de forma ampla, para falar das situações que afetam a vida nas cidades e que mexem com as relações entre as pessoas e com os lugares, sem dizer que todas elas são iguais. Além disso, a insegurança não atinge todo mundo da mesma forma: alguns grupos e alguns territórios sofrem mais do que outros. E o jeito como as instituições respondem à violência também influencia a forma como as pessoas vivem o perigo.

Este estudo parte de duas ideias importantes para compreender como a violência urbana afeta a vida das pessoas. A primeira é a subjetividade, que está relacionada à maneira como cada pessoa sente, pensa e dá sentido às experiências que vive. Segundo González Rey (2003), a subjetividade é construída ao longo da vida, a partir das experiências individuais e das condições sociais, culturais e históricas em que cada pessoa está inserida. Ao retomar o pensamento do psicólogo S. L. Rubinstein, o autor destaca que o social “não está fora, e sim dentro” da subjetividade de cada pessoa (González Rey, 2003, p. 264). Isso ajuda a compreender que sentimentos como medo, insegurança e desconfiança não surgem apenas de questões individuais, mas também das situações vividas no bairro e das relações construídas no dia a dia. A segunda ideia é a naturalização da violência, que neste trabalho é compreendida de duas maneiras. A primeira está relacionada às desigualdades e injustiças que, por existirem há muito tempo, acabam sendo vistas como parte normal da sociedade e deixam de ser reconhecidas como formas de violência. A segunda diz respeito à convivência cotidiana com o perigo, quando as pessoas precisam adaptar seus hábitos e considerar os riscos ao tomar decisões, como escolher por onde passar ou em que horário sair de casa. Nesse sentido, acostumar-se a conviver com o risco não significa concordar com a violência. Uma pessoa pode reconhecer a gravidade do que acontece ao seu redor e, ainda assim, precisar organizar sua rotina considerando que novas situações violentas podem ocorrer.

Outro conceito importante para esta discussão é o sofrimento psíquico, que pode se manifestar por meio do medo, da angústia, da tristeza, das dificuldades para dormir e do cansaço constante. Essas manifestações, porém, não indicam necessariamente a existência de um

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

transtorno mental. No contexto da violência urbana, esse sofrimento também precisa ser compreendido a partir das condições de vida e das experiências enfrentadas pelas pessoas. Essa relação é discutida por Schmid e Serpa Junior (2025) por meio do conceito de sofrimento social, que permite considerar como as condições sociais podem estar relacionadas ao sofrimento vivido por cada pessoa.

A pergunta que guia esta pesquisa é: como a exposição frequente à violência urbana no Brasil se relaciona com a naturalização da violência e com o sofrimento psíquico, e que implicações isso traz para a prática do psicólogo. O objetivo geral é entender essa relação a partir do que outros pesquisadores já publicaram. Os objetivos específicos são: separar os diferentes sentidos de “naturalizar” a violência; discutir os efeitos psicológicos das diferentes formas de exposição à violência, direta, indireta e pela mídia; analisar a relação entre o lugar onde se vive, o tratamento desigual dado a certos grupos e as formas que as pessoas encontram para se proteger; e discutir o que tudo isso significa para o trabalho do psicólogo.

Este estudo aborda a violência urbana e comunitária nas cidades brasileiras. As pesquisas analisadas que coletaram dados diretamente com pessoas ou em serviços foram publicadas, em sua maioria, nos últimos dez anos, sendo boa parte delas realizada no Rio de Janeiro. Para responder à questão proposta, foi feita uma revisão narrativa da literatura, baseada na leitura e na análise crítica de estudos já publicados, sem a realização de pesquisa de campo. A forma como os materiais foram selecionados e analisados é explicada na seção de Metodologia.

Esse tema é importante porque o medo e a insegurança só podem ser bem entendidos quando olhamos para a realidade em que eles surgem. Quando o perigo é real, ficar atento e se proteger é uma reação útil e esperada. Mesmo assim, conviver com o perigo o tempo todo pode trazer cansaço emocional, limitar a vida diária e mudar a relação da pessoa com o lugar onde vive. Se essas experiências forem vistas apenas como o “jeito de ser” de cada um, o lado social do sofrimento fica escondido.

Para a universidade, o estudo é útil porque reúne, numa mesma leitura, textos de áreas que costumam andar separadas: Psicologia, Saúde Coletiva, Sociologia e Criminologia. Para a sociedade, o estudo é importante porque grande parte dos brasileiros vive em cidades inseguras, e porque unidades de saúde, serviços de saúde mental e serviços de assistência social recebem todos os dias pessoas cujo sofrimento tem ligação com a violência. Entender esse sofrimento sem tratá-lo como doença e, ao mesmo tempo, sem fingir que ele não existe é essencial para que o psicólogo trabalhe de forma ligada à realidade dessas pessoas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Este estudo também contribui para a prática do psicólogo ao mostrar a importância de compreender tanto a realidade social em que a pessoa vive quanto suas experiências individuais. Quando a violência faz parte do cotidiano, o sofrimento apresentado durante o atendimento não pode ser entendido apenas como uma questão pessoal, pois também está relacionado à história de vida e às condições sociais de cada indivíduo (González Rey, 2003). Sem considerar esses aspectos, o psicólogo corre o risco de tratar esse sofrimento apenas como doença ou de não reconhecer sua relação com a violência (Rabelo; Pacheco, 2021). Por isso, a perspectiva da clínica ampliada é importante, pois permite uma escuta que considera não apenas os sintomas, mas também as experiências e o contexto de vida de cada pessoa.

2 metodologia

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da leitura e análise de livros, artigos científicos e documentos relacionados ao tema. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, que reúne contribuições de diferentes autores para compreender a relação entre violência urbana, naturalização e sofrimento psíquico. A principal base teórica é a perspectiva histórico-cultural da subjetividade, apresentada por González Rey (2003), que considera que a maneira como cada pessoa sente, pensa e interpreta suas experiências é construída ao longo da vida, em relação com o contexto social, histórico e cultural em que vive.

Para ampliar essa discussão, o estudo também utiliza pesquisas da Sociologia sobre a violência urbana no Brasil (Caldeira, 2000; Machado da Silva, 2004; Misse, 2006), as reflexões de Chaui (2017) sobre a naturalização da violência e as contribuições de Martín-Baró (2017) sobre a relação entre saúde mental e condições sociais. A perspectiva de González Rey permanece como referência central, pois permite compreender o sofrimento psíquico considerando tanto as experiências individuais quanto a realidade social. Também são utilizadas as reflexões de Jurandir Freire Costa (1986), especialmente suas críticas à naturalização da violência e à tendência de tratar o sofrimento como doença.

As buscas foram feitas entre abril e novembro de 2026 nas bases SciELO, PubMed Central e Google Acadêmico, e nos sites de instituições que produzem dados e documentos sobre o tema: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Instituto Sou da Paz, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), Ministério da Saúde e Conselho Federal de Psicologia.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Foram usados, isoladamente ou combinados, os descritores “violência urbana”, “violência comunitária”, “exposição à violência”, “naturalização da violência”, “saúde mental”, “sofrimento psíquico” e “clínica ampliada”, e seus equivalentes em inglês (“community violence”, “exposure to violence” e “mental health”). Também foram consultadas as referências dos textos encontrados.

Foram incluídos textos publicados em português ou inglês que tratassem da violência urbana ou comunitária e de seus efeitos sobre a saúde mental, o sofrimento, a subjetividade ou as práticas de cuidado, com prioridade para pesquisas brasileiras. Para os estudos com dados, deu-se preferência aos publicados nos últimos dez anos. Obras clássicas que formam a base teórica do trabalho, documentos oficiais e um estudo de referência sobre a aceitação da violência foram incluídos independentemente da data, por sua importância para o tema. Foram excluídos textos centrados exclusivamente na violência doméstica ou de gênero, estudos sobre quem pratica a violência e textos sem acesso ao conteúdo completo.

O material final reuniu 22 fontes: sete livros ou capítulos de livros, dez artigos científicos, três relatórios e textos de instituições de pesquisa e dois documentos normativos. Dos dez artigos, nove são brasileiros e um foi produzido nos Estados Unidos.

O conteúdo foi dividido em três temas principais, que orientam o desenvolvimento do artigo: violência urbana, território e seletividade; os dois sentidos da naturalização da violência; e exposição à violência, sofrimento psíquico e os serviços. A análise buscou compreender e comparar as contribuições dos diferentes autores, identificando os pontos em comum, as divergências e os limites de cada estudo.

Ao longo do trabalho, foi utilizada uma ferramenta de inteligência artificial (Claude, da empresa Anthropic) como apoio em quatro tarefas: sugerir livros e artigos relacionados ao tema, reorganizar a estrutura do texto, conferir as páginas citadas e as referências e fazer correções ortográficas e adequações ao padrão de escrita acadêmica. Todas as sugestões foram conferidas: as fontes indicadas foram localizadas nos textos originais e só foram incluídas quando atendiam aos critérios descritos acima.

3 violência urbana, território e seletividade

Segundo Misse (2006), a violência urbana não acontece da mesma forma em todos os lugares e pode ser compreendida de diferentes maneiras. O autor utiliza o conceito de “sujeição criminal” para explicar como determinadas pessoas e grupos sociais passam a ser vistos como

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

suspeitos ou associados à criminalidade, muitas vezes por sua condição social ou pelo lugar onde vivem. Nesses casos, a pessoa já é vista como ligada ao crime antes mesmo de alguém olhar o que ela realmente fez. Por isso, quem mora em áreas marcadas pela violência pode enfrentar dois problemas: a insegurança e o preconceito por causa do lugar onde vive.

Chaui (2017) ajuda a compreender como essa suspeita é construída na sociedade brasileira. Segundo a autora, uma das formas de manter a imagem do Brasil como um país pacífico é tratar a violência principalmente como uma questão de criminalidade. Dessa maneira, determinados grupos sociais, especialmente pessoas pobres, negras e moradores de favelas, passam a ser vistos como violentos, o que contribui para justificar a ação policial contra essas populações (Chaui, 2017, p. 40). Nesse contexto, a autora afirma que as classes populares "carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes" (Chaui, 2017, p. 48).

Outros autores brasileiros também mostram que a violência pode afetar o cotidiano das pessoas, mesmo quando elas não são vítimas diretas. Machado da Silva (2004) utiliza o conceito de "sociabilidade violenta" para explicar situações em que o uso da força deixa de ser algo ocasional e passa a fazer parte das relações sociais, tornando-se um "princípio de regulação das relações sociais" (Machado da Silva, 2004, p. 74). Segundo o autor, essa forma de relação não substitui as regras da sociedade, mas passa a existir junto delas, afetando principalmente as populações de áreas mais pobres, como as favelas (Machado da Silva, 2004, p. 62, 77). Ao estudar a cidade de São Paulo, Caldeira (2000) mostra como as conversas e os relatos sobre crimes e situações de perigo podem aumentar o medo e a sensação de insegurança das pessoas. A autora chama esse fenômeno de "fala do crime" e explica que essas histórias, compartilhadas no cotidiano, acabam reforçando o medo, criando um ciclo em que ele é constantemente alimentado e reproduzido (Caldeira, 2000, p. 27). Como consequência, as pessoas passam a mudar seus hábitos para se proteger, evitando determinados lugares, limitando seus deslocamentos e buscando segurança por meio de muros e grades. Essa reflexão ajuda a compreender como o medo da violência pode influenciar não apenas a maneira como as pessoas se sentem, mas também suas escolhas, suas relações e a forma como circulam pela cidade.

Aqui a palavra "território" não é entendida apenas como o lugar onde uma pessoa mora, mas também como o espaço onde constrói relações, convive com outras pessoas e encontra apoio. Mesmo vivendo em regiões marcadas pela violência, as pessoas podem ter experiências diferentes. Enquanto algumas contam com a ajuda de vizinhos, amigos e familiares, outras enfrentam as mesmas dificuldades com menos apoio. Por isso, é importante considerar não

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

apenas o lugar onde vivem, mas também a história e as experiências de cada pessoa. Além disso, a violência não deve ser a única característica utilizada para definir uma comunidade, pois esses lugares também são espaços de convivência, trabalho, amizades e vínculos afetivos. No entanto, a violência pode mudar a maneira como as pessoas se sentem em relação ao lugar onde vivem. No estudo de Schmid e Serpa Junior (2019, p. 11), duas moradoras que perderam familiares em tiroteios relataram sentir medo intenso e perder o carinho que tinham pela própria casa. Uma delas desejava se mudar, mas não tinha condições de fazer isso. Os autores relacionam essa experiência ao conceito de "desterritorialização afetiva", que ajuda a compreender como a violência pode enfraquecer o sentimento de pertencimento e a ligação emocional das pessoas com o lugar onde vivem.

A ideia de seletividade, que se refere ao tratamento desigual dado a determinados grupos sociais pelo sistema penal, também ajuda a compreender essa realidade. Segundo Santos (2018), estudioso da criminologia crítica, as relações de poder influenciam a maneira como a sociedade define o que é crime, quem será mais vigiado e quem receberá maior proteção. Retomando as ideias de Alessandro Baratta, o autor explica que o crime não é algo definido naturalmente, mas uma "realidade social construída" por meio da criação e da aplicação das leis penais (Baratta, 1978 apud Santos, 2018, p. 44-47). Para Santos, a chance de alguém ser criminalizado depende mais da sua posição social do que da gravidade do que fez (Santos, 2018, p. 44-47). No Brasil, essa seletividade também está ligada ao racismo. Costa (1986) explica que o racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais, mas também nas pressões que a sociedade exerce sobre as pessoas negras. Segundo o autor, ser negro no Brasil é sofrer uma violência "de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso" (Costa, 1986, p. 104). Essa violência também aparece na imposição de padrões de beleza e comportamento associados à população branca, que podem levar a pessoa negra a rejeitar a própria aparência e identidade. Isso ajuda a entender por que a violência que mata e a suspeita não atingem todos os grupos da mesma forma. Segundo o Atlas da Violência 2026, em 2024 foram registrados 32.820 homicídios de pessoas negras no Brasil, o que representa 77% de todos os homicídios do país. Entre as pessoas negras, a taxa foi de 27,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, 170,3% maior do que a taxa entre pessoas não negras, que foi de 10,1 para cada 100 mil (IPEA; FBSP, 2026, p. 87).

A forma como as instituições funcionam também importa. Segundo a 8ª edição do relatório Onde Mora a Impunidade?, do Instituto Sou da Paz (2025), nos 17 estados que forneceram dados completos, apenas 36% dos homicídios que aconteceram em 2023 tinham

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

pelo menos um autor identificado até o final de 2024. Desde 2015, esse índice se manteve em torno de 35%, com pico de 44% em 2018. O dado mostra uma situação em que crimes graves podem ficar sem resposta por muito tempo, o que pode aumentar a sensação de incerteza e diminuir a confiança das pessoas. O mesmo levantamento mostra que apenas 13% dos 670.792 presos do país estavam presos por homicídio, enquanto a maioria respondia por crimes contra o patrimônio (40%) e por crimes ligados a drogas (31%). Para o instituto, isso reflete a prioridade dada ao policiamento ostensivo e à forma como se define quem é visto como perigo (Instituto Sou da Paz, 2025). O dado reforça a ideia de seletividade discutida acima: o sistema penal se ocupa mais de certos crimes e de certas pessoas do que dos crimes contra a vida (Misse, 2006; Santos, 2018).

4 os dois sentidos da naturalização da violência

Neste trabalho, a naturalização da violência é compreendida de duas maneiras que, embora diferentes, podem estar relacionadas. A primeira é a naturalização estrutural, que ocorre quando desigualdades, injustiças e relações de dominação estão tão presentes na sociedade que passam a ser vistas como algo normal. Um exemplo é quando a morte frequente de jovens negros deixa de provocar indignação, como se fizesse parte normal da realidade. O segundo é o sentido cotidiano, que é o foco principal deste estudo. Ele diz respeito à vida diária de cada pessoa: o costume de conviver com um risco sempre presente e de organizar a rotina em torno dele, por exemplo, mudando o caminho de casa ou evitando sair à noite, sem que isso signifique achar a violência certa ou aceitável. Em resumo, no sentido estrutural, a violência deixa de ser vista como violência; no sentido cotidiano, ela continua sendo vista, mas passa a ser levada em conta como parte da vida.

A filósofa Marilena Chaui (2017) ajuda a compreender como a violência pode ser naturalizada na sociedade brasileira. A autora critica o “mito da não violência brasileira”, ou seja, a ideia de que o Brasil é um país pacífico. Segundo Chaui, situações como desigualdade, exclusão e dominação muitas vezes passam a ser vistas como algo normal da sociedade, deixando de ser reconhecidas como formas de violência. Nesse sentido, naturalizar a violência significa aceitar essas situações como se sempre tivessem existido e não pudessem ser diferentes, sem considerar que são resultado de processos históricos, sociais e políticos. Assim, essa naturalização não depende apenas das experiências individuais ou do contato frequente

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

com notícias e situações violentas, mas também da maneira como a sociedade compreende e aceita essas desigualdades.

Para Chaui (2017), a violência não se limita às agressões físicas. Ela também está presente em atitudes e situações que desrespeitam a dignidade humana, retiram direitos e tratam as pessoas como se não tivessem valor. A autora define a violência como "toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa" (Chaui, 2017, p. 41). No entanto, como a sociedade brasileira nem sempre reconhece essas situações como formas de violência, problemas como a desigualdade, a exclusão e o racismo acabam sendo vistos como parte da realidade social. Assim, a violência passa a ser percebida apenas como um acontecimento isolado, ou "como um fato esporádico de superfície" (Chaui, 2017, p. 41). Misse (2006) apresenta uma ideia semelhante ao explicar que a violência ocorre quando alguém tem sua integridade desrespeitada, perde a possibilidade de reagir e passa a ser tratado como um objeto.

O psicanalista Jurandir Freire Costa (1986) também contribui para essa discussão ao questionar a ideia de que a violência faz parte da natureza humana. Para o autor, a violência é "um artefato da cultura e não seu artífice" (Costa, 1986, p. 47), ou seja, ela é construída nas relações sociais e não deve ser entendida como algo natural do ser humano. Costa explica que, quando a violência é vista como algo inevitável, as pessoas podem acabar se acostumando com sua presença e deixando de questioná-la. Nesse sentido, o autor afirma que essa banalização é "um dos aliados mais fortes de sua perpetuação" (Costa, 1986, p. 34). Assim, tratar a violência como algo natural contribui para que ela continue fazendo parte do cotidiano, pois dificulta a compreensão de que suas causas também estão ligadas à sociedade e de que essa realidade pode ser transformada.

O costume de conviver com o risco no dia a dia levanta outra pergunta: o que muda quando a possibilidade de violência passa a fazer parte do que a pessoa espera da vida? Alguém pode continuar achando um acontecimento inaceitável e, mesmo assim, organizar a vida contando que ele pode se repetir. Essa noção de costume foi formulada neste estudo, com base no que Machado da Silva (2004) e Caldeira (2000) escreveram sobre como a rotina se reorganiza em torno do risco. Machado da Silva descreve esse processo da seguinte forma:

> Há muito tempo que assaltos, roubos, seqüestros, linchamentos, etc., vêm aceleradamente deixando de ser percebidos como desviantes e ocasionais – por agentes, vítimas e observadores – sem que, por isso, se possa afirmar que se trata tão somente de um processo de incorporação destas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas (Machado da Silva, 2004, p. 61).

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Ou seja, a violência deixa de ser vista como algo isolado e passa a fazer parte do cotidiano das pessoas. No entanto, isso não significa que elas a considerem normal ou aceitável. Segundo Machado da Silva (2004), a maneira como as pessoas percebem a violência urbana funciona como uma espécie de "mapa", que orienta seus comportamentos e decisões diante do medo e dos riscos que enfrentam (p. 58, 62).

Essa ideia ajuda a compreender que aceitar determinadas situações nem sempre significa concordar com elas. Machado da Silva (2004, p. 58) explica que as pessoas passam a seguir certas regras para se proteger, mesmo quando não concordam com o que acontece ao seu redor. Essa realidade também aparece no estudo de Schmid e Serpa Junior (2019, p. 13), no qual a regra de "ver, ouvir e calar" faz com que uma moradora tenha que conviver com situações que não aprova, mas diante das quais sente que não pode reagir. Dessa forma, é importante entender que seguir determinadas regras por medo ou necessidade de proteção não significa considerar a violência correta ou justificável. A hipótese deste estudo diz respeito ao segundo sentido: conviver com o risco pode exigir obediência prática, mas não implica aprovar a violência. Uma das moradoras ouvidas por Schmid e Serpa Junior (2019, p. 11) resume essa diferença: "Aqui no território eu sou conhecida, mas ainda assim, para mim, nada disso é normal".

Essa diferença, porém, não significa que conviver constantemente com a violência não tenha consequências. Ao estudar os efeitos da guerra em El Salvador, Martín-Baró (2017, p. 264) observa que viver durante muito tempo em situações de medo e insegurança pode enfraquecer a capacidade de resistência das pessoas, fazendo com que elas se adaptem a condições que não deveriam ser consideradas normais. O autor chama essa realidade de "anormal normalidade". Embora a guerra civil e a violência urbana sejam situações diferentes, essa reflexão ajuda a compreender como a necessidade constante de se proteger pode, com o passar do tempo, desgastar a capacidade das pessoas de reagir e questionar a violência.

É importante não confundir esse costume com a dessensibilização. Na Psicologia, dessensibilização ou habituação é quando a pessoa passa a reagir com menos emoção a algo que se repete muitas vezes, como se não fosse afetada diante de uma cena chocante. Já o costume de conviver com o risco, do jeito que é usado aqui, significa que o perigo entra nos planos e nas decisões da pessoa, mas isso não quer dizer que ela sofra menos. Se a repetição deixa as pessoas menos afetadas, mais sensíveis ou provoca outra reação, isso só pode ser descoberto com pesquisas.

Um exemplo concreto desse costume aparece no estudo de Almeida, Peres e Fonseca (2019) com 13 agentes comunitários de saúde de uma unidade básica de São Paulo. Os agentes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

passaram a seguir “regras de convivência” no território: suspendem visitas quando há rumores de operação policial, acatam os avisos para não entrar em certas vielas e interpretam esses avisos como um cuidado com a própria segurança. Mesmo assim, carregam sozinhos uma sobrecarga emocional que raramente é discutida em equipe. As autoras observam ainda que a violência não necessariamente destrói os vínculos, mas pode produzir relações marcadas pela insegurança e pela ameaça (Almeida; Peres; Fonseca, 2019). Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017, p. 20) descrevem algo semelhante entre agentes comunitários da Maré, no Rio de Janeiro, que aprendem a reconhecer os “sinais” do território como medida de segurança. No Complexo do Alemão, profissionais que moravam no território relatavam medo de sair de casa e dificuldade para dormir, e não conseguiam vislumbrar a perspectiva de uma vida sem violência (Prata et al., 2017, p. 41, 46).

Os dois sentidos de naturalização podem aparecer juntos, mas não são a mesma coisa. Quando alguns lugares são sempre ligados ao perigo, a violência que acontece neles pode passar a ser vista pela sociedade como algo “esperado” daquela realidade (Misse, 2006; Santos, 2018). Caldeira (2000, p. 10) mostra que a fala do crime contribui para isso, porque divide o mundo entre o bem e o mal e acaba “naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos”. Os moradores desses lugares podem criar seus próprios jeitos de lidar com riscos reais sem concordar com essa visão. Se os dois sentidos forem confundidos, pode parecer que, ao se adaptar ao perigo, a pessoa está concordando com a situação em que vive, o que não é verdade.

5 exposição à violência, sofrimento psíquico e os serviços

Os pesquisadores separam diferentes formas de contato com a violência, e é preciso fazer essa separação antes de comparar os resultados dos estudos. A exposição direta acontece quando a própria pessoa é vítima de um ato violento. A exposição indireta acontece quando a pessoa presencia uma violência ou convive com perdas e ameaças sofridas por pessoas próximas, como familiares e amigos. A exposição à violência também pode acontecer por meio da mídia, quando as pessoas têm contato com relatos, imagens e notícias de situações violentas, mesmo sem vivenciá-las diretamente. Atualmente, esse contato ocorre com frequência pelas redes sociais. Um estudo realizado nos Estados Unidos por Ziminski et al. (2026), com aproximadamente 5 mil adultos, identificou que as pessoas mais expostas a notícias e publicações sobre casos reais de violência armada também relataram mais dias de mal-estar psíquico no mês e apresentaram mais sintomas de depressão.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Essas formas podem aparecer juntas, mas uma não substitui a outra. Uma mesma notícia pode ter um peso especial para quem já vive sob ameaça real, enquanto, para outra pessoa, é só mais uma informação entre tantas que vê no celular.

Quando pensamos na subjetividade, é importante entender que os efeitos da violência não dependem apenas da frequência com que uma pessoa entra em contato com ela, mas também de como cada um vive e interpreta essas experiências. González Rey (2003) explica que uma mesma situação pode ser vivida de maneiras diferentes, dependendo da história de vida, das relações familiares, das perdas e das condições sociais de cada pessoa. Segundo o autor, “toda experiência humana é plurideterminada quanto ao seu sentido subjetivo” (González Rey, 2003, p. 260). Isso significa que a maneira como alguém se sente diante de uma situação é influenciada por diferentes aspectos da sua vida, como as condições sociais, as experiências anteriores e as relações que construiu ao longo do tempo. No entanto, o autor também destaca que essas condições não determinam completamente a maneira de pensar e agir de uma pessoa, pois cada indivíduo pode desenvolver recursos próprios para enfrentar as dificuldades e encontrar novas possibilidades (González Rey, 2003, p. 261). Essa ideia ajuda a entender por que se adaptar ao risco não significa aceitar a violência. Por isso, não basta olhar para sintomas isolados. É preciso prestar atenção no sentido que a pessoa dá ao que viveu, no que ela passa a esperar do futuro e nas mudanças em suas relações e em sua sensação de segurança.

Na Psicologia social latino-americana, Martín-Baró (2017), ao estudar os efeitos da guerra civil em El Salvador, destaca que a saúde mental não deve ser compreendida apenas pelo que cada pessoa sente ou pensa, mas também pelas relações sociais e pelas condições em que vive. Para o autor, é necessário olhar a saúde mental “de fora para dentro”, considerando como essas relações podem contribuir para o bem-estar ou para o sofrimento das pessoas (Martín-Baró, 2017, p. 255). Ele também explica que a convivência prolongada com a violência pode prejudicar as relações sociais, deixando marcas que vão além do sofrimento individual (Martín-Baró, 2017, p. 260-261). Essa perspectiva se aproxima das ideias de González Rey (2003), pois ambos destacam a importância de compreender a pessoa dentro do seu contexto social. No Brasil, Machado da Silva (2004, p. 78-79) também mostra como a violência afeta as relações entre os moradores de comunidades mais expostas à violência, onde a chamada “lei do silêncio” gera medo, desconfiança e dificuldades de comunicação, mesmo quando as pessoas continuam realizando suas atividades cotidianas. Essa realidade também aparece no estudo de Schmid e Serpa Junior (2019, p. 12-13), que, ao analisarem relatos de moradoras do Rio de Janeiro,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

mostram como a regra de “ver, ouvir e calar” limita a liberdade de agir e se torna uma fonte de angústia e perda de autonomia.

Essa forma de pensar ajuda a separar sofrimento psíquico de transtorno mental. A violência pode mudar a sensação de segurança, a confiança nas pessoas, o sentimento de pertencer ao lugar, a liberdade de fazer escolhas e os planos para o futuro, mesmo quando a pessoa continua sua rotina e não tem nenhum diagnóstico. A Psicologia pode ajudar justamente nesse espaço entre a capacidade de se adaptar e o preço emocional que essa adaptação cobra. Schmid e Serpa Junior (2019, p. 2) lembram que a maioria das pesquisas que relacionam violência e transtorno mental não é conclusiva e que o tema não pode ser reduzido a diagnósticos. Em estudo com três moradoras de uma comunidade violenta do Rio de Janeiro, atendidas em uma Clínica da Família, os autores identificaram como efeitos da violência o trauma, a “desterritorialização” afetiva, o luto prolongado e a perda de autonomia imposta pelos códigos da violência (Schmid; Serpa Junior, 2019, p. 15).

Costa (1986) também ajuda a compreender que sentir sofrimento não significa, necessariamente, ter uma doença mental. Ao discutir a relação entre educação e saúde mental, o autor explica que não seguir os comportamentos esperados pela sociedade “pode ser causa de sofrimento mas não é sinônimo de doença mental” (Costa, 1986, p. 73). Ele também destaca que reconhecer os efeitos negativos de uma sociedade marcada pela violência não significa considerar doentes as pessoas que sofrem com essa realidade (Costa, 1986, p. 185). Essa reflexão é importante para este estudo, pois permite compreender que o medo, a angústia e a insegurança vividos por quem convive com a violência urbana são formas de sofrimento que precisam ser reconhecidas, mesmo quando não estão associadas a um transtorno mental.

Também não seria correto tratar todo medo como um problema de saúde. Diante de ameaças reais, ficar atento e procurar se proteger é uma reação que faz sentido. A questão não é separar pessoas fortes de pessoas fracas, mas entender em que momento a necessidade constante de se proteger começa a prejudicar o descanso, a liberdade, as relações ou os projetos de vida. Martín-Baró (2017, p. 255-256) dá um exemplo disso: camponeses desalojados pela guerra pareciam ter traços de delírio paranoide, pois viviam em alerta e desconfiavam de todos. Diante dos perigos reais que enfrentavam, porém, essa desconfiança era a resposta mais sensata possível, ou seja, “uma reação normal diante de uma situação anormal” (Martín-Baró, 2017, p. 255).

Marques et al. (2024) mostram que essa proteção tem um custo. Em estudo com 693 estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de uma região do Rio de Janeiro, as

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

estratégias mais usadas foram evitar passar onde há pessoas armadas (55,5%), evitar andar sozinho (30,5%) e evitar voltar para casa de madrugada (24,7%). Mais da metade das meninas (53%) e cerca de um terço dos meninos (32%) adotavam ao mesmo tempo os quatro tipos de restrição estudados, e essas estratégias eram mais comuns entre adolescentes de famílias mais pobres (Marques et al., 2024, p. 1). Para os autores, elas reduzem a liberdade de circulação e o convívio com os colegas e podem prejudicar o desenvolvimento social e a saúde mental dos adolescentes (Marques et al., 2024, p. 7-9).

O risco de transformar esse sofrimento em diagnóstico aparece na prática dos serviços. Rabelo e Pacheco (2021) analisaram 546 prontuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Quixadá, no Ceará, e encontraram menção à violência em 95 deles, ou seja, 17,4% dos usuários que chegaram ao serviço em 2018 (Rabelo; Pacheco, 2021, p. 235). Vale notar que os autores usam "violência urbana" em sentido amplo: em 65,26% desses casos, o que se registrou foi violência doméstica ou conflitos familiares (Rabelo; Pacheco, 2021, p. 235-236). Mesmo assim, todos os usuários foram encaminhados primeiro ao psiquiatra e todos os prontuários tinham alguma prescrição de medicamento. Para os autores, tratar o sofrimento ligado à violência urbana apenas como caso para a medicina é reduzi-lo e deixar de lado seus determinantes sociais (Rabelo; Pacheco, 2021, p. 244).

A violência também pode ficar invisível como problema de saúde. Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017, p. 19-21) mostram que ela afeta a saúde mental, dificulta o acesso aos serviços e põe em risco os próprios profissionais, e que muitas vezes não é reconhecida, seja porque os usuários banalizam seus efeitos, seja porque os profissionais se distanciam das histórias de vida de quem atendem. Prata et al. (2017, p. 47) encontraram um exemplo disso em equipes de saúde da família de Manguinhos e do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro: os profissionais descreviam pacientes com queixas difusas, chamados de "poliqueixosos", que não relacionavam seus sintomas ao cotidiano violento. Para esses autores, o desafio é construir práticas que não produzam a "medicalização da violência". Essa invisibilidade mostra que a naturalização também pode acontecer dentro dos serviços de saúde.

Schmid e Serpa Junior (2025) ampliam esse quadro. Em cinco grupos focais com 25 profissionais de equipes de saúde da família e de organizações sociais do Rio de Janeiro, as participantes descreveram efeitos da violência que vão muito além de sintomas psiquiátricos: queda da autoestima, silenciamento, luto prolongado, culpabilização das vítimas e um sofrimento que aparece no corpo, como dores musculares, dores de cabeça e insônia, que aumentam nos dias seguintes às operações policiais (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 12). Uma

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

das participantes preferia falar em “sintomas sociais”, porque, para ela, a noção de sintoma individualiza um sofrimento que é produzido coletivamente (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 13). As profissionais também relataram sobrecarga de trabalho e falta de preparo e de apoio da rede para atender pessoas afetadas pela violência (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 14-15).

6 discussão crítica: adaptação, sofrimento e o trabalho do psicólogo

Este estudo partiu da pergunta sobre como a exposição frequente à violência urbana no Brasil se relaciona com a naturalização da violência e com o sofrimento psíquico. Os textos analisados permitem responder a essa pergunta em duas partes. A primeira é que conviver com o risco pode levar as pessoas a seguir as regras impostas pela violência, mas não significa aprová-la. A segunda é que essa adaptação não faz o sofrimento desaparecer. Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP ajuda a sustentar essa distinção. Cardia (1999) entrevistou 1.600 pessoas em dez capitais brasileiras, em 1999, para verificar se a exposição contínua à violência estaria produzindo uma “cultura da violência”. A literatura internacional previa que quem não consegue sair de áreas violentas poderia perder a sensibilidade e passar a ver a violência como um “fato da vida” (Cardia, 1999, p. 12). Os dados, porém, não confirmaram essa previsão: apesar da exposição direta e indireta, os entrevistados não desenvolveram uma cultura de aceitação ou de tolerância à violência, não perderam a confiança nos vizinhos e rejeitavam a violência como forma de punir, coagir ou disciplinar; a única forma aceita era a de autoproteção (Cardia, 1999, p. 27-28). Os mesmos dados, porém, mostram sinais do sentido cotidiano de naturalização discutido neste artigo: os entrevistados quase ignoravam a violência do próprio bairro, justamente onde a exposição era maior (Cardia, 1999, p. 10), e a autora observa menos indignação com os homicídios de jovens pobres do que com os crimes contra o patrimônio (Cardia, 1999, p. 2). Ao mesmo tempo, as pessoas mudavam a rotina para se proteger, sobretudo os mais jovens, que evitavam circular à noite e por certas áreas da cidade e alteravam seus trajetos (Cardia, 1999, p. 12). Esses resultados combinam com os de Almeida, Peres e Fonseca (2019) e de Marques et al. (2024): a adaptação aparece nas estratégias de proteção, e não na aprovação da violência. Os estudos analisados apresentam algumas diferenças em suas conclusões, que precisam ser consideradas. Cardia (1999, p. 27) não identificou uma redução da confiança entre vizinhos nem um aumento da intolerância. Já Machado da Silva (2004, p. 78-79) descreve situações de medo e desconfiança entre moradores, enquanto Schmid e Serpa Junior (2019) mostram como a violência pode enfraquecer os

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

vínculos das pessoas com o lugar onde vivem. Essas diferenças podem estar relacionadas ao período em que as pesquisas foram realizadas, aos grupos estudados e aos métodos utilizados. Também existem diferenças entre as ideias dos autores. Santos (2018) destaca como as relações de poder e os processos de criminalização influenciam o que é considerado crime, Martín-Baró (2017) chama a atenção para o fato de que a convivência prolongada com a violência pode enfraquecer a capacidade de resistência das pessoas, enquanto González Rey (2003, p. 261) destaca que elas também podem desenvolver recursos para enfrentar situações difíceis. Essas diferentes perspectivas não anulam a ideia central deste estudo, mas mostram que a relação entre violência e sofrimento é complexa. Conviver com o medo e seguir regras para se proteger não significa necessariamente concordar com a violência, embora essa adaptação constante possa, com o tempo, dificultar a capacidade de reagir. Outro aspecto importante é a atuação do próprio Estado, já que algumas pesquisas também identificam a ação policial como fonte de medo e sofrimento (Cardia, 1999; Prata et al., 2017; Schmid; Serpa Junior, 2025). Isso mostra que a violência enfrentada pelos moradores não está relacionada apenas à presença de grupos armados.

Um caminho para a prática aparece na proposta de intervenção clínico-social de Schmid e Serpa Junior (2025). Ela foi pensada para médicos e enfermeiros das equipes de saúde da família, mas também ajuda a pensar o trabalho do psicólogo. Os autores partem da seguinte hipótese:

> [...] assumimos a hipótese de que queixas de mal-estar, oriundas das experiências com violência urbana e/ou violências, podem não ser indicações de adoecimento físico ou mental, a princípio, mas, sim, de caminhos clínicos de busca de saídas para o sofrimento social, sendo, portanto, condições de normalidade, e não patológicas (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 16).

Por isso, os autores propõem deixar o diagnóstico e o remédio em segundo plano, sem recusá-los, até que se compreenda o contexto desse sofrimento (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 18). Entre as perguntas que sugerem para o atendimento, uma toca diretamente o tema deste artigo: se a pessoa já pensou que deveria se adaptar e normalizar a violência na sua comunidade, com o objetivo declarado de desnaturalizar essa experiência (Schmid; Serpa Junior, 2025, p. 22).

Essa proposta se aproxima da clínica ampliada, defendida pela Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Ministério da Saúde, a clínica precisa ir além do diagnóstico e do tratamento da doença e funcionar como uma "ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques e disciplinas" (Brasil, 2010, p. 10). Um de seus

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

eixos é a compreensão ampliada do processo saúde-doença, que considera ao mesmo tempo as dimensões orgânicas, sociais e afetivas de cada caso (Brasil, 2010, p. 14-15). O documento reconhece que circunstâncias sociais, como o isolamento e o desemprego, interferem no adoecimento (Brasil, 2010, p. 12), alerta que a "medicalização da vida" diminui a autonomia das pessoas (Brasil, 2010, p. 30) e lembra que os diagnósticos tendem a igualar os sujeitos e apagar suas diferenças (Brasil, 2010, p. 40). Para quem convive com a violência urbana, essa perspectiva é especialmente importante: ela evita que o medo, a insônia ou o cansaço sejam lidos apenas como sintomas e permite que o cuidado leve em conta o território, as perdas e as condições de vida da pessoa. É também uma resposta ao problema apontado por Rabelo e Pacheco (2021), em que o sofrimento ligado à violência era encaminhado diretamente para o psiquiatra e para o remédio.

Para o psicólogo, isso significa que conhecer o contexto social em que a pessoa vive não é um complemento, mas uma condição para compreender o seu sofrimento. O Código de Ética Profissional do Psicólogo destaca que a atuação do psicólogo deve considerar não apenas o indivíduo, mas também a realidade social em que ele vive. Entre seus princípios fundamentais, está o compromisso de trabalhar com responsabilidade social, "analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural" (Conselho Federal de Psicologia, 2005). No entanto, essa preocupação nem sempre esteve presente na profissão. Segundo Dettmann, Aragão e Margotto (2016, p. 364), a Psicologia surgiu com uma atuação mais voltada ao diagnóstico e à adaptação das pessoas às normas da sociedade. Foi principalmente a partir do final da década de 1980 que ganhou força a discussão sobre a responsabilidade dos psicólogos diante dos problemas sociais, buscando compreender e questionar as condições que produzem essas dificuldades, em vez de tratá-las apenas como questões individuais. Em pesquisa com 11 psicólogos da Assistência Social do Espírito Santo, as autoras encontraram essa visão na prática: para um dos entrevistados, uma clínica "individualizante e descontextualizada" não cabe na Assistência, nem na Saúde, nem em lugar nenhum; para outro, a função do psicólogo é problematizar os modos de viver "naquele território" (Dettmann; Aragão; Margotto, 2016, p. 366).

Na escuta, isso muda o modo de interpretar o que a pessoa traz. Como visto, o sentido que cada um dá à violência depende da sua história e das suas condições de vida (González Rey, 2003), e a saúde mental precisa ser compreendida a partir das relações sociais em que a pessoa vive (Martín-Baró, 2017). Sem conhecer o território, com seus riscos, suas regras não escritas e também suas redes de apoio, o psicólogo pode interpretar como exagero, desconfiança

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

excessiva ou falta de motivação aquilo que é, na verdade, uma forma sensata de se proteger, como no caso dos camponeses descritos por Martín-Baró. Conhecer o contexto também permite distinguir a obediência prática que o território impõe da aprovação da violência e ajudar a pessoa a perceber que seguir certas regras para sobreviver não significa considerá-las justas. É isso que permite ao psicólogo reconhecer o sofrimento sem transformá-lo automaticamente em doença e, ao mesmo tempo, sem ignorá-lo.

7 conclusão

Este artigo buscou compreender como a convivência frequente com a violência urbana no Brasil se relaciona com a maneira como as pessoas aprendem a lidar com os riscos do cotidiano e com o sofrimento psíquico que pode surgir dessas experiências. Para desenvolver essa discussão, foram reunidos estudos da Psicologia, da Saúde Coletiva, da Sociologia e da Criminologia, tendo como principal referência a perspectiva histórico-cultural da subjetividade de González Rey (2003), que permite compreender as experiências individuais considerando também as condições sociais e históricas em que as pessoas vivem.

A partir da literatura analisada, foi possível distinguir dois sentidos da naturalização da violência. O primeiro está relacionado às desigualdades sociais, ao racismo e ao tratamento desigual de determinados grupos e territórios. São situações que, por estarem presentes há muito tempo na sociedade brasileira, muitas vezes deixam de ser reconhecidas como formas de violência. O segundo sentido diz respeito à convivência cotidiana com o perigo, quando as pessoas precisam considerar a possibilidade de situações violentas ao organizar suas atividades e tomar decisões. Embora essas duas formas de naturalização possam se relacionar, elas não devem ser confundidas. Afinal, aprender a viver em um ambiente marcado pela insegurança não significa, necessariamente, considerar a violência normal ou concordar com ela.

Essa diferença é importante para compreender a hipótese central deste trabalho. Os estudos consultados indicam que, em determinados territórios, seguir regras impostas pela presença da violência pode ser uma necessidade de proteção, e não uma escolha baseada na concordância com essas regras. Evitar certos lugares, mudar o caminho de casa, deixar de sair em alguns horários ou procurar não se envolver em determinadas situações são atitudes que fazem parte da rotina de muitas pessoas. Essas mudanças mostram como o risco pode influenciar decisões que, em outras circunstâncias, seriam tomadas com maior liberdade.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Assim, o fato de alguém conseguir adaptar sua rotina à insegurança não permite concluir que essa pessoa tenha passado a aceitar a violência.

Também foi possível observar que essa adaptação não elimina o sofrimento. Mesmo quando as pessoas conseguem manter suas atividades diárias, o medo, a desconfiança, as perdas, o silêncio imposto e as dificuldades para dormir podem continuar presentes. Além do desgaste emocional, a necessidade de estar sempre atento ao perigo pode limitar a circulação pela cidade, dificultar o convívio social e interferir nos projetos de vida. Essas restrições podem atingir de maneira mais intensa os jovens e as pessoas em condições de maior vulnerabilidade social, que nem sempre têm a possibilidade de se afastar dos locais onde vivem situações de risco.

Outro aspecto que merece atenção é o efeito dessa convivência ao longo do tempo. A necessidade constante de se proteger pode provocar um desgaste que dificulta a capacidade de reagir ou questionar determinadas situações. Isso não significa, porém, que todas as pessoas respondam da mesma maneira ou que a exposição frequente à violência produza, necessariamente, sua aceitação. Os estudos analisados apresentam diferenças, especialmente quanto à confiança entre vizinhos, às relações entre pobreza e criminalidade e às possibilidades de resistência diante da violência. Enquanto algumas pesquisas apontam o enfraquecimento dos vínculos e o aumento da desconfiança, outras mostram que as relações de confiança e solidariedade podem permanecer mesmo em contextos violentos. Essas diferenças precisam ser consideradas, pois os estudos foram realizados em períodos distintos, com participantes e métodos diferentes. Por isso, não seria adequado afirmar que a violência afeta todas as pessoas ou comunidades da mesma forma.

A pesquisa também chamou a atenção para a maneira como o sofrimento relacionado à violência é percebido nos serviços de saúde. Em algumas situações, as dificuldades apresentadas pelas pessoas não são associadas às experiências de insegurança e violência que fazem parte de suas vidas. Com isso, esse sofrimento pode acabar sendo pouco reconhecido ou tratado somente como um problema individual, por meio de diagnósticos e medicamentos. Embora esses recursos possam ser necessários em determinados casos, seu uso não deve substituir a compreensão das condições em que o sofrimento aparece. Quando o atendimento considera apenas os sintomas, corre-se o risco de deixar de lado uma parte importante da realidade vivida pela pessoa.

Para a prática do psicólogo, essa discussão reforça a necessidade de conhecer não apenas o indivíduo, mas também o território em que ele vive, suas relações, suas dificuldades e as

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

formas de apoio com as quais pode contar. Uma pessoa que evita sair de casa, demonstra desconfiança ou permanece constantemente atenta ao ambiente pode estar tentando se proteger de situações que realmente representam perigo. Sem compreender esse contexto, tais comportamentos podem ser interpretados de maneira equivocada, como se fossem apenas sinais de um problema psicológico. Nesse sentido, a clínica ampliada contribui para uma atuação que considera a história de vida, as experiências e as condições sociais de cada pessoa, sem reduzir seu sofrimento a um diagnóstico. Essa forma de cuidado também está relacionada ao compromisso ético da Psicologia com a realidade social. Além de acolher o sofrimento, o psicólogo pode ajudar a questionar a ideia de que a violência faz parte naturalmente da vida, favorecendo a compreensão de que essa realidade possui causas sociais e pode ser transformada.

Apesar das contribuições apresentadas, este estudo possui limitações. Por se tratar de uma revisão narrativa, não foi possível reunir todas as pesquisas existentes sobre o tema. Além disso, boa parte dos estudos brasileiros analisados foi realizada no Rio de Janeiro, o que exige cuidado ao relacionar seus resultados a outras regiões do país. Também foram encontradas poucas pesquisas recentes voltadas especificamente ao sofrimento psíquico de pessoas diretamente atingidas pela violência urbana. Outro limite está no fato de que o principal estudo utilizado para discutir a aceitação da violência apresenta dados antigos e investiga opiniões e comportamentos, sem avaliar diretamente o sofrimento psíquico dos participantes. Já a pesquisa sobre a exposição a notícias de violência foi desenvolvida nos Estados Unidos, em um contexto diferente do brasileiro. É necessário considerar, ainda, que muitos dos estudos consultados não permitem estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre a exposição à violência e o sofrimento psíquico. Dessa maneira, as conclusões apresentadas devem ser compreendidas como interpretações construídas a partir das pesquisas analisadas, e não como respostas definitivas.

Essas limitações mostram a importância de continuar investigando o assunto. Pesquisas realizadas em outras regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, poderiam contribuir para compreender melhor as experiências de pessoas que convivem diariamente com a violência e a insegurança. Também seria importante ampliar os estudos sobre os efeitos das notícias e das redes sociais, as experiências de violência no ambiente escolar e os resultados das ações de cuidado psicológico e social desenvolvidas pelos serviços públicos. Conhecer melhor essas realidades pode contribuir para que as práticas de atendimento considerem as necessidades de diferentes populações e territórios.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

Por fim, a principal reflexão que este trabalho permite fazer é que o medo e a insegurança de quem convive com a violência urbana não podem ser compreendidos apenas como questões individuais. Esses sentimentos também estão ligados às condições de vida, às relações sociais e às experiências que cada pessoa enfrenta em seu cotidiano. Compreender essa relação é importante para que o psicólogo possa oferecer uma escuta que reconheça o sofrimento sem desconsiderar a realidade em que ele surge. Também é necessário entender que aprender a conviver com o perigo não significa deixar de sofrer ou concordar com a violência. Ao considerar essas questões, a Psicologia pode contribuir para um cuidado mais atento às pessoas e às condições sociais que fazem parte de suas vidas, sem tratar a violência como algo natural ou impossível de mudar.

Referências

ALMEIDA, Juliana Feliciano de; PERES, Maria Fernanda Tourinho; FONSECA, Thais Lima. O território e as implicações da violência urbana no processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde em uma unidade básica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./mar. 2019. DOI: 10.1590/S0104-12902019170543.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Clínica ampliada e compartilhada**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 64 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://redehumanizasus.net/wp-content/uploads/2019/04/1710-1-1.pdf. Acesso em: 17 nov. 2026.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CARDIA, Nancy. **Os impactos da exposição à violência: aceitação da violência ou horror continuado? O caso de São Paulo**. Trabalho apresentado no Culture, Citizenship and Urban Violence Seminar, Cuernavaca, 1999. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 1999. Working paper. 32 p. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down195.pdf. Acesso em: 10 nov. 2026.

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. (Resolução CFP nº 010/2005).

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

DETTMANN, Ana Paula da Silva; ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade; MARGOTTO, Lilian Rose. Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 362-369, set./dez. 2016. DOI: 10.1590/1984-0292/1232.

GONÇALVES, Hérica Cristina Batista; QUEIROZ, Marcello Roriz de; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 17-23, 2017. DOI: 10.22409/1984-0292/v29i1/1256.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2026**. Coordenação de Daniel Cerqueira e Samira Bueno. São Paulo: IPEA; FBSP, 2026. E-book (170 p.). ISBN 978-65-89596-53-0. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/304. Acesso em: 2 nov. 2026.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Onde Mora a Impunidade?** Por que o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios. 8. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2025. Disponível em: https://soudapaz.org/documentos/onde-mora-a-impunidade-8aedicao/. Acesso em: 2 out. 2026.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

MARQUES, Emanuele Souza; REICHENHEIM, Michael Eduardo; SANTOS, Érika Barbosa dos; TAQUETTE, Stella R.; MORAES, Claudia Leite de. O que os adolescentes do município do Rio de Janeiro, Brasil, têm feito para reduzir sua exposição à violência comunitária? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, e18182022, 2024. DOI: 10.1590/1413-81232024291.18182022.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra e saúde mental. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia**: estudos psicossociais. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 251-270. (Coleção Psicologia Social).

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PRATA, Nina Isabel Soalheiro dos Santos et al. Saúde mental e atenção básica: território, violência e o desafio das abordagens psicossociais. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 33-53, jan./abr. 2017. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00046.

RABELO, Luana Filgueiras; PACHECO, Fábio Pinheiro. Violência urbana e saúde mental no CAPS: um estudo psicossocial. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 27, n. 1, p. 231-249, jan./abr. 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i1.2804.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 12/11/2026 | aceito: 19/11/2026 | publicação: 24/11/2026

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. 4. ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018. E-book.

SCHMID, Patricia Cavalcanti; SERPA JUNIOR, Octavio Domont. Violência urbana e saúde mental: por narrativas em primeira pessoa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e290313, 2019. DOI: 10.1590/S0103-73312019290313.

SCHMID, Patricia Cavalcanti; SERPA JUNIOR, Octavio Domont. Violência urbana, sofrimento social e saúde mental: uma proposta de intervenção clínico-social. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 28, e240538, 2025. DOI: 10.1590/1415-4714.e240538.

ZIMINSKI, Devon; SURESKY, Rachel; LEE, Esther; SEMENZA, Daniel C. Associations between media gun violence exposure (GVE) and mental health: a national cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 26, art. 1641, 2026. DOI: 10.1186/s12889-026-27260-0.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.